



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

GILDA MARIA NEVES DE FARIAS

**EVASÃO DA EJA NA ESCOLA ESTADUAL MALAQUIAS BATISTA FEITOSA:
DESAFIOS E MOTIVOS**

MONTEIRO – PB

2014

GILDA MARIA NEVES DE FARIAS

**EVASÃO DA EJA NA ESCOLA ESTADUAL MALAQUIAS BATISTA FEITOSA:
DESAFIOS E MOTIVOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em *Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares*, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida

MONTEIRO – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F224e Farias, Gilda Maria Neves de.
Evasão da Eja na Escola Estadual Malaquias Batista Feitosa
[manuscrito] : desafios e motivos / Gilda Maria Neves de Farias. -
2014.
36 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida,
Departamento de Matemática".

1. Evasão escolar. 2. Prática social - EJA. 3. Educação
inclusiva. I. Título.

21. ed. CDD 374

GILDA MARIA NEVES DE FARIAS

**EVASÃO DA EJA NA ESCOLA ESTADUAL MALAQUIAS BATISTA FEITOSA:
DESAFIOS E MOTIVOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em *Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares*, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Data da avaliação: 29 de novembro de 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida (UEPB)
Orientador



Prof. Me. Tiago Marques Madureira (UEPB)
Examinador



Prof. Ma. Edclécia Reino Carneiro de Moraes (UFPE)
Examinadora

Aos meus pais, Salete e Artur, que de algum modo continuam
muito presentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me iluminou dando-me forças e coragem durante toda essa caminhada, para chegar ao final do curso e desse trabalho.

Aos que teceram e continuam a contribuir na minha profissão, meus filhos, esposo, familiares, amigos e companheiros de curso, que foram exemplos de aprendizagens e sonhos.

De maneira especial ao Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida, que é fonte de entusiasmo, exemplo de compreensão e amizade, por acreditar no potencial que existe em cada ser humano. Obrigada pelos ensinamentos, pela escuta atenta e criativa com que acolheu minhas inquietudes e pela sutileza do seu olhar em nossas conversas e sua contribuição na revisão dos textos e orientação acadêmica.

A banca examinadora, professores Mestre Tiago Marques Madureira e Mestra Edclécia Reino Carneiro de Moraes, grandes mediadores, sempre preocupados com o ensino, pela valiosa e eficiente contribuição dada para este trabalho.

Finalmente, agradeço aos meus queridos alunos da EJA, sujeitos dessa pesquisa que contribuíram para transformação do meu olhar sobre as dificuldades e desafios tantas vezes obscurecidos por outros elementos de complexa interação entre o sistema educacional, professor e aluno.

Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho discorre sobre os motivos e desafios da evasão escolar na educação de jovens e adultos, a partir de pesquisa realizada na EEEFM – Malaquias Batista Feitosa no município de São Sebastião do Umbuzeiro, no Estado da Paraíba. O objetivo é analisar elementos que causam a evasão escolar, abordando o trabalho educativo e a prática docente nesta modalidade, conceituando a historicidade, a prática social e a transformação do conhecimento socialmente construído. O texto defende uma educação inclusiva que possibilite a equidade de oportunidades ao mundo da escolarização e do trabalho, proporcionando ao aluno o desenvolvimento eficaz na aprendizagem dos conhecimentos científicos presentes nas diversas disciplinas do currículo. O texto também apresenta argumentos para que a comunidade escolar, conhecendo os motivos da evasão, possa intervir de maneira positiva para que os educandos consigam ter o acesso à escola e nela permaneçam até completarem o ciclo de aprendizagem que proporcionarão sua integração na sociedade.

Palavras-chave: Evasão. Prática social. Metodologia. Inclusão.

ABSTRACT

This work discusses the reasons and challenges of truancy in youth and adult education , from research conducted in EEEFM - Malaquias Batista Feitosa in São Sebastião do Umbuzeiro in Paraíba state . The goal is to analyze the elements that cause truancy, addressing the educational work and teaching practice in this mode, conceptualizing historicity, social practice and the transformation of knowledge is socially constructed . The text advocates an inclusive education that enables equal opportunity of education and the world of work by providing students with the effective development of learning in the present scientific knowledge in the various subjects of the curriculum. The text also presents arguments for the school community, knowing the reasons for dropout can intervene in a positive way for the students to be able to have access to school and remain in it until they complete the learning cycle that will give their integration into society.

KEYWORDS: Avoidance. Social practice. Methodology. Inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	11
1.1 O Elevado Índice de Analfabetos da década de 40	12
1.2 Constituição Federal de 1888: Reconhecimento da Modalidade EJA como dever do estado	15
2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PRESENTE E AS DESIGUALDADES SOCIAIS	21
2.1 A EJA no Tempo Presente	21
2.2 A escola e a desigualdade social	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	29
3.1 Procedimentos Metodológicos	29
3.2 Apresentação e Análise dos Dados	29
3.3 Definição do Universo	30
3.4 Instrumentos de Pesquisa	31
3.5 Fases da Pesquisa	31
3.6 Análise e Interpretação dos Dados	31
3.7 Resultados e Discussões	32
CONSIDERAÇÕES	33
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Como filha de pai agricultor e mãe professora, cresci manuseando livros e dividindo a única sala da casa e a mesa de refeições com outros alunos, já que a nossa casa também era a única escola daquele setor rural. Também fez parte do meu cotidiano os adultos daquela localidade irem até a nossa casa com as cartas dos filhos que estavam em São Paulo para a minha mãe lê e responder as referidas cartas, também era função da minha mãe a leitura de receitas médicas e, o mais chocante, procurar entre a mala de documentos, o registro certo quando uma das crianças falecia. A mortalidade infantil também era algo rotineiro naquela localidade e com isso evitava-se que um outro bebê fosse dado como morto no lugar de outro irmão. Mas com todas essas adversidades existia um sonho de mudanças daquela realidade e meus pais queriam vê os filhos letrados, por isso não colocaram objeções quando aos onze anos fui estudar na casa de uma tia.

Diplomada pela Escola Estadual Marcelino Champagnat – Recife-PE, em 1887 retornei para a casa de meus pais. No entanto com o passar dos anos a realidade ainda era muito semelhante. Comecei a lecionar para alunos adultos pela Fundação Educar. A prática docente instigou meu olhar para os interesses e necessidades desse alunado. Dimensionar a Educação de Jovens e adultos requer saberes especializados e múltiplas relações, significa investir em indivíduos autônomos, sujeitos intuitivos e curiosos.

Nas salas de aulas, em meio a grupos culturalmente heterogêneos, singularidade de um aluno constitui um ponto alto para a formação de sujeitos plenamente letrados. Hoje lê e escrever cartas já não é o único objetivo com que os adultos procuram a escola, Agora nos deparamos com senhores e senhoras nas filas dos bancos apelando para alguém receber seu dinheiro nas máquinas eletrônicas, muitas vezes desconhecidos que se aproveitam da ingenuidade desses sujeitos, além desses senhores e senhoras temos outros indivíduos que com os avanços tecnológicos precisam utilizar como meios de comunicação: mensagens, whatsapp, entre outros. Desta forma o retorno aos bancos escolares poderá ser um caminho para a aquisição de saberes, competências e habilidades provocando uma transformação e enfrentamento das mudanças necessárias desse público para uma convivência social mais igualitária.

Nesta perspectiva um dos objetivos deste trabalho investigativo é sair da passividade para a atividade, é fazer da escola, dos alunos da EJA, dos professores e equipe técnica, uma instância legítima para desenvolver um trabalho curricular, onde todos possam discutir,

refletir sobre o que, e para quem estamos ensinando, bem como, aprender, ensinar, ousar, criar e recriar, intervir e transformar.

O principal desafio que enfocaremos, será a evasão escolar nessa modalidade de ensino bem como as consequências da falta de escolarização desse contingente de jovens e adultos que por diferentes e diversas razões abandonaram a escola.

Apresento nesse trabalho vivências, reflexões e pesquisas colhidas diretamente da prática educativa adquirida em mais de duas décadas como professora no segmento de jovens e adultos, e tendo como fundamentação e embasamento estudos consistentes de pesquisadores, estudiosos e pensadores tais como Paulo Freire, Bakhtin, e Gardner que apontam uma concepção metodológica sobre a educação de jovens e adultos que permeia princípios pautados na “concepção libertadora da educação” e na “concepção socioconstrutivista” do conhecimento. Nesse trabalho investigo a Evasão Escolar dos alunos da EJA, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Malaquias Batista Feitosa, foram feitas entrevistas através de questionários abertos com o objetivo de identificar, bem como procurar soluções conjuntas, com o quadro de professores, gestão escolar e sistema educacional. As razões expostas são bem diversificadas, desde a dificuldade de acesso, a situação econômica, gravidez e/ou casamento precoce, extrema pobreza entre outros. Também é nosso objetivo demonstrar numericamente qual o percentual de alunos que já deixaram a escola. Consultar os seguimentos da escola para evidenciar as causas do elevado índice de evasão. Sugerir ações para que contribuam e revertam nos diversos seguimentos da evasão escolar.

Conforme a leitura dos capítulos expostos nesse trabalho científico, será possível pontuar e reforçar as discussões sobre os diferentes temas: A Educação de Jovens e adultos no Brasil, A Educação de Jovens e Adultos no presente e as desigualdades sociais, procedimentos metodológicos e apresentação e análise de dados.

É fundamental que o educador amplie seu repertório de análise dos dados da realidade. Para isso é crucial a intervenção do educador atuando como mediador que contribua para que os alunos façam relações, deem novos sentidos aos objetos de estudo considerando a complexidade da vida moderna.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil nos transporta aos tempos do Brasil Colônia, quando os jesuítas desempenhavam uma ação educativa missionária com nativos adultos. O objetivo era a difusão do catecismo e o ensinamento dos ofícios básicos ao funcionamento da economia colonial aos índios, negros e colonos. Também durante esse período colonial houve ações educativas nesse campo. No entanto pouco ou quase nada foi realizado oficialmente nesse período, considerando que as elites econômicas da época eram quem detinham os privilégios.

Segundo Cunha (1999, p. 36), no Brasil Colônia, a referência à população adulta era apenas de educação para a doutrinação religiosa abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional. Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, por não ser responsável pela produtividade, o que acabava por acarretar descaso por parte dos dirigentes do país.

As políticas públicas implementadas para essa população começam a se realizarem apenas no Brasil Império com ofertas de cursos de alfabetização no período noturno. Com a revolução industrial do início do século XX alavancou o ensino para jovens e adultos, devido a necessidade de mão de obra qualificada e não meramente com objetivos de formação para a cidadania. No entanto processo de industrialização no Brasil é tardio em relação aos países europeus, e com a industrialização temos de forma acelerada a urbanização do campo para a cidade. Os trabalhadores das fábricas são geralmente analfabetos, sem conhecimento e intimidade com a máquina (GADOTTI, 1995). Assim sendo, a educação de jovens e adultos surge para atender os surtos de urbanização que agora precisa alcançar os códigos da modernidade bem como, a manutenção da ordem social nas cidades. Com a implantação da Constituição de 1824, sob grande influência da Europa, firma-se a garantia de “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. No entanto, o maior entrave é que o conceito de cidadania eram restritos aos donos do poder econômico. E nesse contexto uma grande parcela da população eram excluídas desse processo. Dentre outros, as mulheres, os escravos, e os pobres.

Na segunda década do século 20, o analfabetismo foi considerado “mal nacional” e uma “chaga social”. Contudo muitos movimentos civis e mesmo oficiais, se empenharam na luta contra o analfabetismo e esse fato impulsionou o governo federal, traçar as grandes reformas educacionais, para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios. Nessa época o Decreto nº 16.782/A de 13 de janeiro de 1925, conhecido como Lei Rocha Vaz, ou Reforma João Alves, estabeleceu a criação de escolas noturnas para adultos como mostra o texto da Proposta Curricular da EJA (1997, p.14).

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos.

Durante o período Vargas, o Estado brasileiro posiciona-se contrariamente ao federalismo de oligarquias regionais e passa a reafirmar-se como uma Nação, e com isso, o papel central do Estado manifesta-se de maneira evidente. Diante disso, há consequências nos aspectos educacionais, cujos pontos principais destas, são a criação de um Plano Nacional de Educação, fixado, coordenado e fiscalizado pelo governo federal, que determina de forma inequívoca as competências de cada uma das esferas de governo Federal, Estadual e Municipal (HARRAD, DI PIERRO, 2000).

Para Miguel Arroyo (2001) a educação de adultos, de maneira contínua e sistemática, só ocorreria na década de 40 deste século. A década de 30 foi um período de grandes transformações no Brasil, em decorrência do processo de industrialização, e que foi possível evidenciar-se uma grande concentração populacional nas cidades: o aumento considerável da oferta de ensino elementar gratuito a diversos segmentos da sociedade; o governo federal impulsionando a educação básica e traçando diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos Estados e Municípios. É neste contexto, segundo Arroyo que a educação básica de jovens e adultos começa a garantir seu lugar na história da educação brasileira, o ensino elementar estende-se para os adultos nos anos 40.

De forma similar a Arroyo (2001), Maria Clarice Vieira, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, afirma que a educação de jovens e adultos tem uma longa história no Brasil. Desde os tempos do Brasil Colônia e do Império registram-se experiências voltadas a este campo educativo. Porém, tais iniciativas foram raras e pouco

significativas no que se refere ao número de educandos envolvidos. É somente nos anos 40 que começa a se delinear de forma sistemática uma política pública do Estado brasileiro direcionada às grandes massas de jovens e adultos. A partir deste momento, a educação de jovens e adultos começa a ser tratada como campo específico, diferenciado da educação elementar comum, ganhando espaço e presença no pensamento pedagógico e na política educacional brasileira.

1.1 O Elevado índice de Analfabetos na década de 40

Na década de 40 que Governo brasileiro detecta um elevado índice de analfabetos adultos no país. Com o fim da ditadura de Vargas em 1945, os ideais democráticos são renovados. Recentemente havia terminado a 2ª guerra mundial e nesse mesmo ano é criada a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura). No ano de 1947 o governo lança a 1ª campanha para jovens e adultos que pretendia alfabetizá-los no período de 3 meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses.

Depois, seguiria uma etapa de “ação em profundidade”, voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Nos primeiros anos, sob a direção do professor Lourenço filho, a campanha conseguiu resultados significativos, articulando e ampliando os serviços já existentes e estendendo-os às diversas regiões do país. Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. O clima de entusiasmo começou a diminuir na década de 50; iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década (Proposta Curricular, RIBEIRO e outras, 1997,p.25).

Na visão de Soares, 1996, a 1ª campanha teve duas razões principais: a primeira aconteceu logo após a 2ª guerra mundial quando a Organização das Nações Unidas – ONU – alertava os países membros, a urgência e a necessidade de implantar políticas públicas para a juventude bem como integrar os povos visando a paz e a democracia. A segunda razão está relacionada diretamente ao fortalecimento da democracia devido o fim do Estado Novo. Democracia significa direitos, direito a votar, por exemplo; e para votar precisava ser alfabetizado. Até 1889, as mulheres, os analfabetos, menores de 21 anos, soldados, indígenas, entre outros que não tinham direito ao voto.

Apesar de, no fundo, ter objetivo de aumentar a base eleitoral (o analfabeto não tinha direito ao voto) e elevar a produtividade da população, a CEEA contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil (VIEIRA,2004,p. 19-20).

Gadotti (1995,p.32) define a educação de jovens e adultos como sendo: “aquela que possibilita ao educando ler, escrever, e compreender a língua nacional, o domínio dos símbolos e operações matemáticas básicas, dos conhecimentos essenciais, das ciências sociais e naturais, e o acesso aos meios de produção cultural, entre os quais o lazer, a arte, a comunicação e esporte.

A precariedade da estrutura, bem como, a inadequação da metodologia pedagógica usada para atender a população de diferentes regiões do Brasil, somado as deficiências administrativas e financeiras agregado ao curto período destinado à alfabetização acarretou em diversas críticas a esse modelo educacional. A concepção que se tinha era que a pobreza gerava analfabetos, todavia é a falta de educação que gera a pobreza. Todas essas críticas convergiram para uma nova visão sobre o analfabetismo e para uma nova concepção pedagógica para a educação de jovens e adultos, cuja principal referência foi o educador pernambucano Paulo Freire. Surge então uma nova proposta pedagógica para a alfabetização de jovens e adultos baseada nas teorias de Paulo Freire. O método criado por Freire diferenciava dos demais por estabelecer uma alusão entre educação/ alfabetização no contexto social.

Na concepção de Paulo Freire, o homem deve assumir uma postura crítica sobre o seu contexto social em que vive, buscando superar o estado de dominação em que se encontra. Baseado nesse pensamento pedagógico, Freire elaborou uma proposta pedagógica de alfabetização para jovens e adultos, que tinha como princípio básico: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Cujo objetivo era, antes mesmo de iniciar o aprendizado da escrita, levar o educando a assumir-se como sujeito da aprendizagem, como o ser capaz e responsável.

O método criado por Paulo Freire para a alfabetização de jovens e adultos, bem como o seu pensamento pedagógico, nortearam os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60.

Em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNA), foi o último dos programas desse ciclo, cujo planejamento incorporou largamente as orientações de Paulo

Freire, organizado pelo Ministério da Educação, pois o golpe militar de 1964, provocou uma ruptura política nos movimentos de educação e cultura populares, essa e outras experiências acabaram por desaparecer ou desestruturar-se sob a violenta repressão dos governos do ciclo militar iniciado naquele mesmo ano (HADDAD, 2000; DI PIERRO, 2000; Ribeiro 2001; VIEIRA, 2004). Na visão de Miguel Arroyo (2001):

A herança legada pelas experiências de educação de jovens e adultos inspiradas no movimento popular não é apenas digna de ser lembrada e incorporada, quando pensamos em políticas e projetos EJA, mas continua tão atual quanto nas origens de sua história, nas décadas de 50 e 60, porque a condição social e humana dos jovens e adultos que inspiraram essas experiências e concepções também continua atual [...] em tempos de exclusão, miséria, desemprego, luta pela terra, pelo teto, pelo trabalho, pela vida. Tão atuais que não perderam sua radicalidade, porque a realidade vivida pelos jovens e adultos populares continua radicalmente excludente. (ARROYO,2001, p. 11).

Segundo Vieira (2004), os projetos relativos à educação de jovens e adultos e ficaram paralisados até 1966, quando foi promovida na via oficial a Cruzada de Ação Básica Cristã-ABC, que buscou ocupar os espaços deixados pelos movimentos populares, que antecederam ao golpe militar. No entanto esse programa recebeu inúmeras críticas dos técnicos do MEC (Ministério de Educação e Cultura), devido ao caráter assistencialista, material inadequado para a realidade do educando, entre outros. Em 1970 -1971, o programa foi aos poucos extinto.

Em dezembro de 1967, o governo federal organizou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), como programa de proporções nacionais para atender a população de 15 a 30 anos. Esse programa tinha como objetivo repassar aos jovens, o letramento e a leitura, escrita e cálculo oferecendo alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas diversas regiões do país. Limitou-se a alfabetizar de maneira funcional. Portanto, o tecnicismo era o centro da proposta educacional do Brasil. O MOBRAL entrou em declínio e no ano de 1971, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71, implantou o Ensino Supletivo, e dedicou um capítulo para a EJA. Essa Lei determinava que os cursos de supletivo deveriam integrar a iniciação no ensino de ler, escrever e contar ,além de promover a formação profissional.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecida com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria. (VIEIRA, 2004, p. 40).

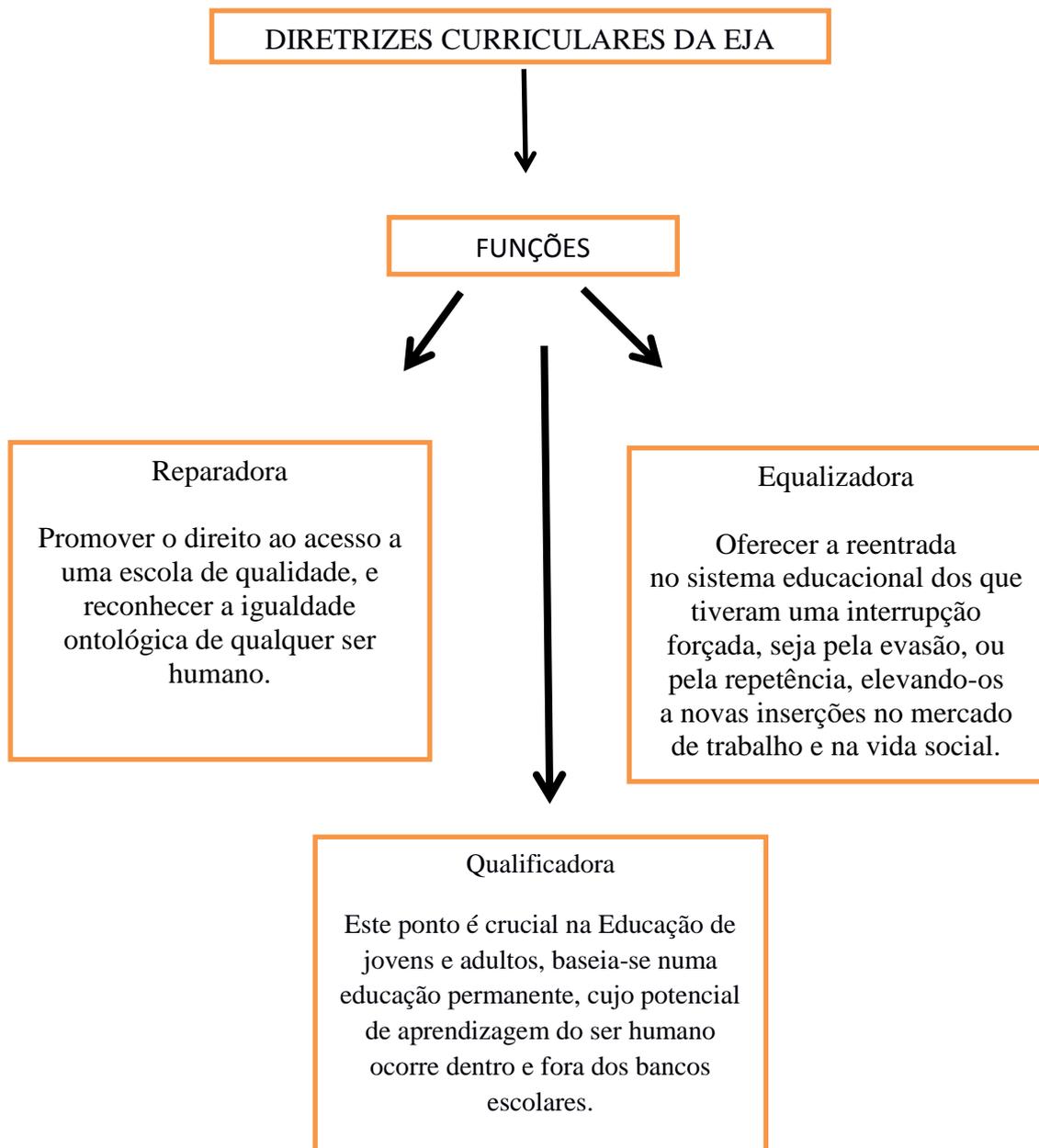
Com o fim do período militar, o Brasil vive efervescência sócio-política, com a retomada da democratização expressa nos movimentos das Diretas Já e da Anistia. Em 1985 o MOBREAL foi substituído pela Fundação Educar. Essa mesma Fundação foi extinta em 1990, no Governo de Fernando Collor, com o pressuposto de contenção de despesas. A EJA fica sob a incumbência dos estados e municípios.

Ainda em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial da Educação para Todos, na Tailândia, nessa conferência reforçou-se a necessidade de expansão e melhoria do atendimento público na escolarização de jovens e adultos. Todavia, somente no ano de 1994, o Plano Decenal, no qual estabelecia metas para o atendimento de jovens e adultos pouco escolarizados foi concluído.

1.2 Constituição Federal de 1988: Reconhecimento da Modalidade EJA como dever do Estado.

Um avanço importante para educação brasileira ocorreu em 1988 com a promulgação da Constituição Federal de 1988; veio reconhecimento do direito à educação para todos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, nº 9.394/96, a EJA é reconhecida como dever do estado, no entanto pouco se fez além disso. A resolução CNE/CEB nº 1/2000, definem EJA como uma modalidade de Educação Básica e como direito do cidadão, distanciando da ideia de compensação e suprimento e atribuindo a de reparação, equidade e qualificação – o que representa uma conquista e um importante avanço.



Em 1997, um marco importante para a educação de jovens e adultos foi a 5ª Conferência Internacional sobre a Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), realizada em julho de 1997, em Hamburgo, na Alemanha, e precedida por uma Conferência Regional

Preparatória da América Latina e Caribe (realizada no Brasil), em janeiro de 1997. (PCNs, 2002,p.17).

Os documentos elaborados na CONFINTEA expressa que a EJA deve seguir novas orientações devido o processo de mudanças socioeconômicas e culturais das últimas décadas do século XX.

No texto da Declaração de Hamburgo ocorrida em 1997, na página 6, diz que a Educação de Jovens e Adultos é um direito:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça.

Em abril de 2000, em Dacar, no Senegal, a Cúpula Mundial da Educação aprovou a declaração denominada Marco de Ação de Dacar, em que reafirma a Declaração de Jomtien, segundo a qual:

[...] toda criança, jovem e adulto tem direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e o potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos alunos, para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades [...] assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, à habilidade para a vida e a proposta de formação para a cidadania.

Assim Miguel Arroyo (2001) afirma que a EJA tem uma história muito tensa, uma vez que é crivada por diversos interesses e nem sempre consensuais. Os olhares conflituosos sobre a condição social, política e cultura dos sujeitos aos quais se destina esta oferta educativa tem condicionado as diferentes concepções de educação que lhes é oferecida. O lugar reservado a sua educação no conjunto das políticas públicas se confunde com o espaço social destinado aos setores populares em nossa sociedade, sobretudo quando “os jovens e adultos são trabalhadores, negros, subempregados, pobres, oprimidos, excluídos” (ARROYO 2001, p. 10).

Assim a história da EJA no Brasil vem se desenvolvendo, marcada por avanços e retrocessos, rupturas e continuidades nessa arena de lutas e embates. O envolvimento e a vontade política das entidades municipais e estaduais são fundamentais para o avanço da modalidade.

Em 2003 é criada a Secretaria Extraordinária para Erradicação do Analfabetismo, no governo de Luís Inácio Lula da Silva e a EJA volta a ser prioridade do Governo Federal.

Assim, o governo federal criou uma série de iniciativas nos últimos anos. Dentre eles: O Programa Brasil Alfabetizado, gerido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – (PROJOVEM), mantido pela Secretaria Nacional de Juventude; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; o Programa de Educação na Reforma Agrária, gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o exame de Certificação de Competências, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde. (VIEIRA, 2004, p. 85-86).

Nesse contexto, tais iniciativas encontram-se deficiente articulada entre si, por diversos fatores, que vão desde o resultado dos referidos programas, que são pouco mensurados ou divulgados, bem como, a vulnerabilidade a qual esses sujeitos estão passíveis dentre elas: a extrema pobreza, o uso de drogas, a exploração juvenil, a violência, a necessidade de compor a renda familiar. As demais razões dessa instabilidade têm a ver com a falta de qualidade do Sistema Educacional e suas consequências: professores que abordam conteúdos mecânicos e repetitivos, alheios ao mundo social, gestores que empurram casos

considerados problemáticos para a turma da EJA, com o intuito de resolver os problemas de indisciplina e evitar que os resultados nas avaliações externas piores, o que impactam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para superar o problema, é necessário investir em formação continuada e na conscientização de professores e gestores. Em um aspecto mais amplo à gestão do sistema. Os governos federal, estadual e municipal necessitam atuar em parceria com as secretarias de educação e atacar os problemas relacionados ao ingresso precoce no mercado de trabalho, a vulnerabilidade, bem como à gravidez na adolescência. E em conjunto secretarias e escolas, garantir o transporte escolar, trabalhar para atender o aluno da EJA de maneira adequada, selecionar material didático específico e promover formação continuada aos professores. Adiar e/ou ignorar a urgência dessas ações só vai fazer com que a situação piore e comprometa o pequeno progresso na área. Hoje, o índice de analfabetismo é considerado baixo, cerca de 1,5% entre 15 e 18 anos. Embasado nessa retórica a atual configuração da EJA não mais é visto como a recuperação do passado perdido, mas como direito do sujeito ao exercício da cidadania. A EJA continua buscando seu espaço na configuração do atual sistema educacional brasileiro, para isso, é preciso ampliar a oferta, chegar aos lugares certos, e encontrar métodos de ensinar seu público considerando sua experiência de mundo.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PRESENTE E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

O capítulo fará algumas reflexões sobre a evasão da EJA na atualidade e as desigualdades sociais em virtude da deficiência do sistema educacional que não prioriza a educação.

2.1 A EJA no Tempo Presente

A necessidade de erradicar o analfabetismo é um consenso em todo discurso que atrela a educação. Nas últimas décadas a educação de jovens e adultos tem recebido a atenção também e sobretudo no âmbito mundial, devido as novas exigências do mercado de trabalho, o avanços tecnológicos, a globalização e conseqüentemente as mudanças sociais.

Nessa Perspectiva do homem moderno e globalizado, a diversificação cultural, o desenvolvimento sustentável e as questões ambientais, permeiam as discussões e ganharam relevância mundialmente.

Assim, o ensino da EJA ganhou novos olhares e novos contornos, tornando-se fundamental o aprofundamento da integração econômica e cultural. Com isso vemos que além de ser uma política educacional, a EJA é principalmente uma política social. Ela dará condições de trabalho, melhor qualidade de vida e com isso o respeito da sociedade.

Para Vanilda Paiva (1970), pesquisadora e escritora, o domínio precário da leitura e da escrita compromete de maneira acentuada muitas outras formas de comunicação, com os quais todas as pessoas estão sendo confrontadas diariamente no seu cotidiano. Portanto, não basta apenas democratizar o acesso a educação, mas é preciso elevar a qualidade do ensino para que tal acesso não termine em conhecimento efetivo, passível de utilização da prática. (PAIVA, 1970).

Neste caminho, a visão mecanicista perde espaço, e almeja-se uma educação capaz de contribuir para a formação de homens e mulheres dotados de consciência social e de responsabilidade histórica, aptos para a intervenção coletiva organizada sobre a realidade, a partir de sua comunidade local, sempre em busca da melhoria de qualidade de vida para todos.

De acordo com a visão “freireana”, ensinar é muito mais do que decodificar letras, números e imagens. Implica estimular uma prática de leitura permanente movida pelo desejo de saber, de aperfeiçoar-se, de fazer novas descobertas que favoreçam o autoconhecimento, de intervir no espaço em que se encontra, rompendo silêncios impostos pelos perversos processos de exclusão do sistema escolar (Freire, 1989).

Pra que isso aconteça, é preciso que todo educador se conscientize de que ele é um educador de linguagem; que esta função não é apenas do professor de português, considerado, muitas vezes, como o único responsável da competência leitora. A leitura significativa tem a capacidade de nos situar melhor no nosso próprio espaço, potencializando percepções de aspectos que talvez a nossa vida não tenha percebido ao olhar a realidade. Daí o seu caráter sociopolítico, pois o acesso à leitura e a escrita traz poder as pessoas.

Esta educação busca inspiração na concepção libertadora de Paulo Freire, portanto, permeia uma linha de pensamento que parte da leitura da realidade, dos temas sociais de abrangências nacionais e dos temas de interesse local. Os recursos científicos fazem-se necessários para buscar o estudo destes temas. Daí a importância das áreas disciplinares concebidas como instrumentos para o estudo e intervenção sobre a realidade. Elas não mais serão entendidas como fim em si mesmas: estudamos língua portuguesa não simplesmente para saber ler e escrever, matemática não só para saber matemática. Precisamos de Língua portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Arte, História, Língua Estrangeira Moderna, Geografia, Educação Física, como meios para ampliar a inserção no mundo letrado, expressar a autonomia, a cooperação e tornar-se agentes de transformações da sociedade em que vivem por força do estímulo à confiança na sua educação formal como um instrumento de desenvolvimento pessoal e social, agindo sobre o mundo, recriando-o, organizando-o de acordo com as suas necessidades pessoais e coletivas.

Cabe ao educador, por meio da intervenção pedagógica, promover a realização da aprendizagem como maior grau de significado possível, uma vez que esta nunca é absoluta – sempre é possível estabelecer relação entre o que se aprende e a realidade, conhecer as possibilidades de observação, reflexão e informação [...] (Parâmetros Curriculares Nacionais – Introdução, p. 53).

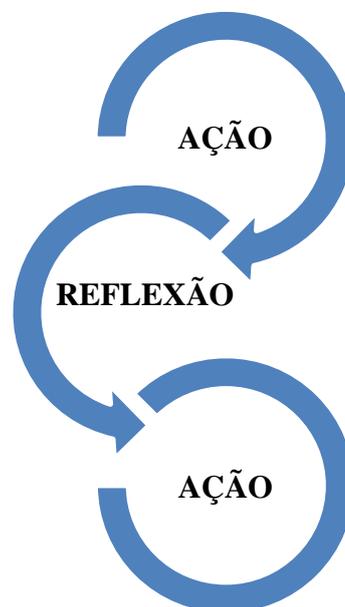
Com efeito, nas últimas décadas os jovens recorreram à EJA, de forma tão acentuada que atualmente são considerados os principais sujeitos dessa modalidade de ensino. Em razão dessa crescente demanda, os currículos precisaram ser repensados, novas formações foram obtidas para professores e novas políticas educacionais foram traçadas, isto combinado com

as mudanças no mundo do trabalho, com a busca constante dos direitos a cidadania e com enfoque na inserção dos jovens no território das informações tecnológicas.

Dessa forma, procurar estabelecer o máximo de relações interdisciplinares, com caráter significativo, numa abordagem que poderá propiciar ao aluno da EJA, uma melhor compreensão da realidade que o cerca, dos problemas do mundo, facilitando uma melhor elaboração de um conhecimento holístico, mais integrado.

Dentro dessa perspectiva, esse tipo de postura educativa terá como resultado uma importante melhoria na qualidade de ensino, potencializando trocas de discussões, encontros, desencontros, reencontros, em busca de um enriquecimento interpretativo partindo do princípio de que o objeto de estudo é a compreensão da realidade para intervir nela e transformá-la.

Portanto, o planejamento, os conteúdos e as ações pedagógicas, a serem trabalhados especialmente na EJA, deverão ser norteados pela proposta “freireana” de ação - reflexão - ação.



Poderíamos ainda acrescentar que é importante planejar pesquisando sobre a realidade dos jovens e adultos e incorporar de forma intencional ao currículo, os processos culturais, econômicos e sociais. A proposta citada acima, é calcada num planejamento que segue uma

perspectiva dialética que visa o planejamento de longo prazo de médio prazo e de sala de aula. Ou seja, o estudo da realidade, a organização e a aplicação do conhecimento.

Nesse sentido, o conhecimento científico, proporcionado pelas diferentes disciplinas, está a serviço desse aprimoramento, incorporando ao ensino da EJA, novos conteúdos conceituais, métodos globalizados com o objetivo de ajudar o aluno dessa modalidade de ensino, a ter uma formação capaz de vencer os desafios que a realidade do mundo atual exige.

São múltiplos e diversos códigos de leitura no mundo contemporâneo, por isso é preciso dotar os sujeitos jovens e adultos para além da oralidade, campo que eles têm o domínio. Ao longo da vida jovens e adultos estiveram sempre aprendendo e, portanto, detêm saberes que não poderão ser ignorados. Seus saberes cotidianos podem dialogar produtivamente com os saberes técnicos e científicos sistematizados.

O currículo para a EJA deve ser construído de maneira integrada, possibilitando que o aprendizado escolar se faça. São as necessidades da vida, sonhos a realizar, aspirações e metas a cumprir que ditam as perspectivas dessas pessoas. Redesenhar currículos não é um desafio individual, mas coletivo de gestão democrática, exige mais do que intervenção específica, exige diálogo entre educadores, educandos e especialistas para traçar um Plano político-pedagógico, que assegure espaços e tempos flexíveis para garantir o direito à educação e aprendizagem ao longo da vida. Uma ação pedagógica eficaz, tem como finalidade o aprender acima do certificar-se. Como documento burocrático, o certificado tem sido a razão para que os jovens e adultos retornem à escola, sem se dá conta, de está diante de uma primorosa oportunidade de transformação, onde o sujeito se apropria dos conhecimentos e os faz seus, para si, e para a sua comunidade. Aprender não remete apenas à necessidade de uma certificação, referendo de um sistema de reconhecimento formal na sociedade, mas valorizar o conhecer e a capacidade dos jovens e adultos pelos aprendizados realizados.

Nessa visão, a avaliação na EJA também implica enfrentar o desafio nos aspectos sociais, políticos e culturais numa sociedade hierárquica e submissa, e requer adotar uma avaliação processual, contínua, e formativa sem priorizar tão somente a certificação.

[...] quando estamos lidando com o saber e o aprender, o que se vive é um cuidadoso e lento trabalho de lidar com momentos inesperados de experiência de vida de cada pessoa educanda. De olhar nos olhos uma gente que não raro precisou esperar mais da metade da vida para ser aceita em um banco de escola. (BRANDÃO, 2002, p. 43)

Pensar o planejamento e a avaliação em EJA é pensar com os educandos a sua vida, suas necessidades, desejos e aspirações articulados com a realidade social e cultural em que

vivem e reconfigurá-la num processo conjunto em que o ver, o ouvir e o agir estão interligados. É uma atividade pedagógica complexa dada a evidência da grande heterogeneidade presente neste grupo, pois se caracteriza não apenas por uma questão de especificidade etária dos educandos, mas, originalmente, por uma questão de especificidade cultural.

Segundo (OLIVEIRA,1999),refletir sobre como estes jovens e adultos pensam e aprendem envolve transitar por pelo menos três campos que contribuem para a definição do seu lugar social: a condição de não serem crianças (acima de 15 anos),a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.

Somados a esses aspectos, é especialmente importante, lembrar que a escola também propicia a educação para a cidadania, portanto a discussão e a participação fazem parte do contexto da EJA. Compreendendo isso, o educador de jovens e adultos, deverá conhecer, respeitar e trabalhar com a diversidade, já que num mesmo meio cultural existe aprendizagens e experiências diferentes.

Feitas essas considerações, na seção a seguir apresentaremos algumas reflexões sobre a reprodução da desigualdade social na escola, o que afeta sobremaneira a permanência, ou a não permanência, dos alunos na escola nas faixas etárias correspondentes.

2.2. A Escola e a Desigualdade Social

O sistema educacional, resultado de um processo histórico, caracteriza-se no centro das relações sociais e de produção, que dividiram e ainda dividem a sociedade em grupos econômicos distintos e, ainda mais, institui uma relação entre classes sociais antagônicas.

O processo de democratização que almejamos para a escola brasileira tanto no aspecto quantitativo (escola para todos), como no qualitativo (uma escola melhor também para as camadas populares), ainda é algo distante de acontecer. Muitos são os desafios a serem superados em diferentes campos, de variadas esferas.

O fato é que a escola a qual participamos não tem efetivamente alcançado os seus objetivos como promover e motivar o acesso e a permanência do aluno da EJA na escola.

Muitos fatores estão na origem desse problema, entre eles, a desigualdade intelectual, social, e de renda; bem como, as políticas educacionais excludentes, heranças do escravagismo.

Neste contexto, a desigualdade social e sistema educacional são dois elementos que encontram raízes no próprio processo produtivo delimitando e contribuindo efetivamente para a manutenção da disparidade social existente em nosso país.

Enquanto coexistirem duas vias de escolarização, a escola pública para os pobres e a escola privada para os mais favorecidos o sistema educacional estará promovendo assim, a manutenção da desigualdade social.

Segundo o teórico Jean-Jacques Rousseau (2005) a desigualdade é um fenômeno que tende a sempre se intensificar no contexto social. As famílias mais pobres possuem um menor acesso à instrução e às informações necessárias para alavancar um desenvolvimento próprio (ROSSEAU, 2005 P 98).

Assim, ao escolarizar mal as crianças e jovens mais desfavorecidos, nosso sistema educacional está contribuindo para preservar ou mesmo acirrar nossas desigualdades econômicas, respondendo aos propósitos das classes econômicas mais favorecidas, que consideram inaceitável qualquer destinação de recursos públicos para fins sociais, inclusive para a educação pública. Programas como o Bolsa Família e sua extensão, ainda que sejam importantes ferramentas de distribuição de renda, têm efeitos apenas nos casos de pobreza extrema, pouco contribuindo para a erradicação do problema da desigualdade social. Para isso, seriam necessários instrumentos mais permanentes e mais sólidos, que viabilizassem a desconcentração de renda em longo prazo bem como uma educação pública igualitária.

Essa vergonhosa desigualdade na formação educacional, quando combinada com a dependência da renda de uma pessoa adulta com seu nível de escolarização, fecha um círculo vicioso extremamente perverso. Em valores aproximados, conforme vários levantamentos feitos por especialistas, cada ano de escolaridade a mais de uma pessoa implica em um aumento de renda da ordem de 10% a 20% (variação essa devida à época, à sistemática adotada no levantamento dos dados e aos níveis escolares considerados).

Atualmente, três em cada dez crianças abandonam a escola, em definitivo, antes de completar o ensino fundamental e praticamente a totalidade delas vem dos setores economicamente mais desfavorecidos. Como o investimento anual na educação dessas crianças está na casa dos dois ou três mil reais, todo o investimento ao longo da vida pode não exceder os dez ou vinte mil reais. No outro extremo, onde estão os mais ricos, o investimento por criança e por ano pode exceder – e em muito, se considerarmos as escolas de elite e incluirmos cursos de línguas, aulas particulares, material didático, viagens culturais etc. – os trinta mil reais por ano. Ao longo de toda a vida escolar esse investimento pode chegar a meio milhão de reais, ou ainda muito mais que isso.

O mais recente levantamento a respeito feito pelo fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), revela que 570 mil meninas e meninos de 7 a 14 anos estão excluídos do sistema educacional brasileiro. Na população entre 15 e 17 anos, são cerca de 1,5 milhão.

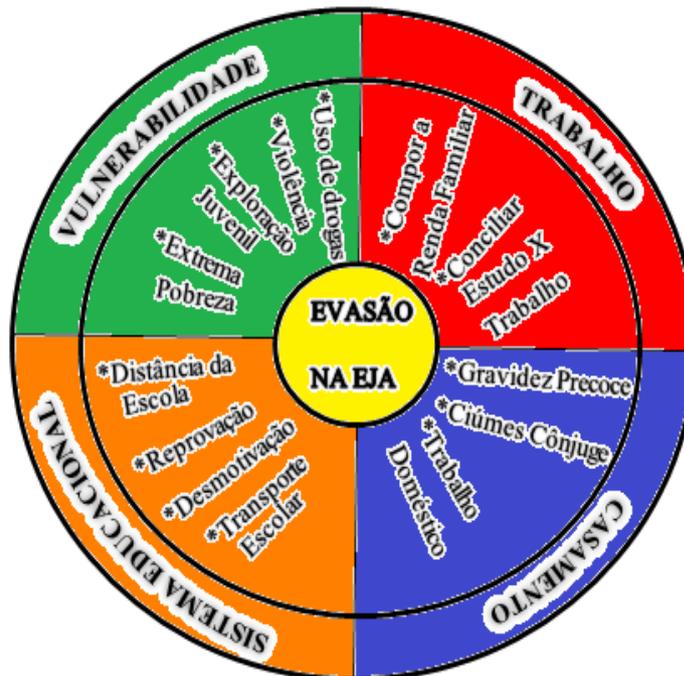
Em 2007, O conselho Nacional de Educação (CNE) discutiu a possibilidade de elevar para os 18 anos a idade mínima para o ingresso no Ensino Fundamental da EJA (hoje é exigido 15 anos). O objetivo dessa medida, era proibir o ingresso de adolescentes na modalidade, porém não foi aprovada pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Para Eliane Ribeiro Andrade, docente da Faculdade de Educação da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), a decisão foi acertada:

”Em um mundo ideal, a proposta é muito boa. Mas não podemos tirar a oportunidade de milhares de adolescentes de estudar. Quanto mais possibilidades de atender essa população, maiores as chances de garantir a permanência na escola e a conclusão dos estudos”.

Segundo Roberto Catelli Júnior (2009), coordenador de projetos de Ação Educativa, a procura dos adolescentes entre 15 e 17 anos por vagas na modalidade EJA, deve se manter por um longo período, já que a taxa de conclusão do Ensino Fundamental na idade correta é muito baixa. Dados mostram que somente seis em cada dez estudantes de 16 anos concluíram o 9º ano ou a 8ª série em 2009.

Três grandes questões sociais contribuem efetivamente no processo de evasão escolar: A vulnerabilidade, o trabalho e a gravidez precoce. Os demais motivos que levam os jovens a se matricular na EJA têm a ver com a falta de qualidade do sistema de ensino e suas consequências: Reprovação e evasão, distância da escola no campo e a desmotivação, como pode-se ver na ilustração a seguir.



A presença de adolescentes na Educação de Jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental é inquietante : quase 20% dos educandos matriculados têm de 15 a 17 anos. O número total de matrículas não tem sofridos grandes variações nos últimos anos, mesmo com a diminuição no total de matrículas (28,6%). Dados da Educação Educativa com base nos censos escolares indicam que, em 2004, eram 558 mil estudantes e, em 2010, 565 mil. Esses dados tem chamado a atenção dos especialistas da área. Por que esses adolescentes estão frequentando a EJA, em vez de estar na Educação Básica regular? São diversas razões, algumas extrapolam os muros da escola, enquanto outros estão diretamente ligados a qualidade do ensino e envolvem todos os setores: federal, estadual e municipal. Portanto, é fundamental criar ações que visem o fortalecimento e o estreitamento da parceria entre Governo Federal, Estados e Municípios na busca pela ampliação e melhoria da educação das pessoas jovens e adultas.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Procedimentos Metodológicos

Considerando as complexas questões que envolvem a Educação de jovens e adultos, o presente estudo, busca embasamento e sustentação para uma investigação científica sobre as causas e desafios da evasão escolar na Modalidade EJA, Fundamental II da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Malaquias Batista Feitosa – São Sebastião do Umbuzeiro – Paraíba.

Trata-se de uma pesquisa etnográfica e de cunho qualitativo, realizada por meios de observações e questionários com questões abertas, tendo como objetivo o livre relato dos envolvidos.

As informações descritas, os registros e a análise dos dados coletados nesse estudo de campo, será o objeto de estudo para esse trabalho de Conclusão de Curso.

A escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Malaquias Batista Feitosa – São Sebastião do Umbuzeiro - Paraíba, desde o ano de 2002 oferece para jovens e adultos a modalidade EJA para alunos do fundamental II e Médio.

3.2 Apresentação e análise dos dados

De acordo com os dados coletados na secretaria da referida escola foram matriculados 62 alunos e alunas no segmento EJA, 1º Semestre/2013, e temos como resultados final a seguinte estatística:

Série	Nº de alunos	Aprovados	Reprovados	Evadidos	Desistentes	Transferidos
5ª	13	04	-	08	01	-
6ª	18	05	02	06	05	-
7ª	20	11	-	09	-	-
8ª	11	06	-	05	-	-
Total	62	26	02	28	06	-

No 2º Semestre/2013 foram matriculados 33 alunos e alunas, na modalidade EJA e o resultado final é o seguinte:

Série	Nº de alunos	Aprovados	Reprovados	Evadidos	Desistentes	Transferidos
5ª	07	02	-	05	-	-
6ª	07	04	-	03	-	-
7ª	07	04	02	01	-	-
8ª	12	09	-	03	-	-
total	33	19	02	12	-	-

No início de 2014, foram matriculados 17, 17, 13 e 14 alunos nas séries 5ª, 6ª, 7ª e 8ª respectivamente somando o total de 61 alunos e alunas distribuídos em quatro turmas no turno da noite.

Com o encerramento da primeira etapa, ou seja, o primeiro semestre do ano letivo de 2014, constatou-se que a evasão escolar é 45,9% modalidade EJA Fundamental II.

Série	Nº de alunos	Aprovados	Reprovados	Evadidos	Desistentes	Transferidos
5ª	17	3	3	11	-	-
6ª	17	8	4	5	-	-
7ª	13	8	-	4	-	1
8ª	14	6	-	8	-	-
Total	61	25	7	28	-	1

Diante dessa preocupante constatação é que vem a importância desse estudo, de cunho investigativo. Trata-se de uma pesquisa de campo, na qual através de questionários contendo questões abertas, investigará os prováveis e diferentes motivos que levam o aluno a desistir do ensino, logo após ter resolvido voltar aos bancos escolares.

3.3 Definição do Universo

Participaram da pesquisa alunos que estão evadidos, tendo como referência os anos 2013 e a primeira etapa de 2014.

A amostragem foi feita com quinze alunos da 6ª e 7ª séries do ensino fundamental, no segmento EJA.

3.4 Instrumentos de pesquisa

A coleta de dados foi feita através de questionários e análise de documentos arquivados na secretaria da escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Malaquias Batista Feitosa. Os questionários aplicados continham questões abertas os quais permitiram o livre relato dos alunos e alunas envolvidos das diferentes razões que os levaram a desistir da escola. Além disso, os questionamentos sobre as prováveis e múltiplas causas da evasão escolar na EJA, envolveu discussões e reflexões relacionadas a prática pedagógica, bem como os anseios e as dificuldades que acompanham ao longo de toda uma vida esses jovens e adultos que não conseguem permanecer e concluir essa etapa de escolarização.

3.5 Fases da Pesquisa

Essa investigação foi realizada em três momentos distintos: Estrategicamente na primeira fase foi feito todo um levantamento dos estudos realizados por diferentes autores a respeito da evasão escolar, os conceitos, definições e conclusões de estudiosos pesquisadores e especialistas desse amplo campo de pesquisa, adotando referências que serviram de embasamento e sustentação para a realização desse estudo.

Na segunda fase foi aplicado questionários com os alunos, a respeito da evasão escolar bem como, os causadores dessa lastimável constatação que assola diversas escolas no Brasil e no mundo atual.

Na fase final, com a coleta e a análise de dados dos alunos, construir gráficos que expressem a realidade da escola no que diz respeito a evasão escolar no segmento EJA.

3.6 Análise e interpretação dos dados

Os dados resultantes da investigação, bem como a apreciação dos relatos feitos pelos alunos, através dos questionários, pôde-se fazer um paralelo entre a visão dos autores, e as razões que levaram esses jovens e adultos desistirem ou adiarem o retorno à escola.

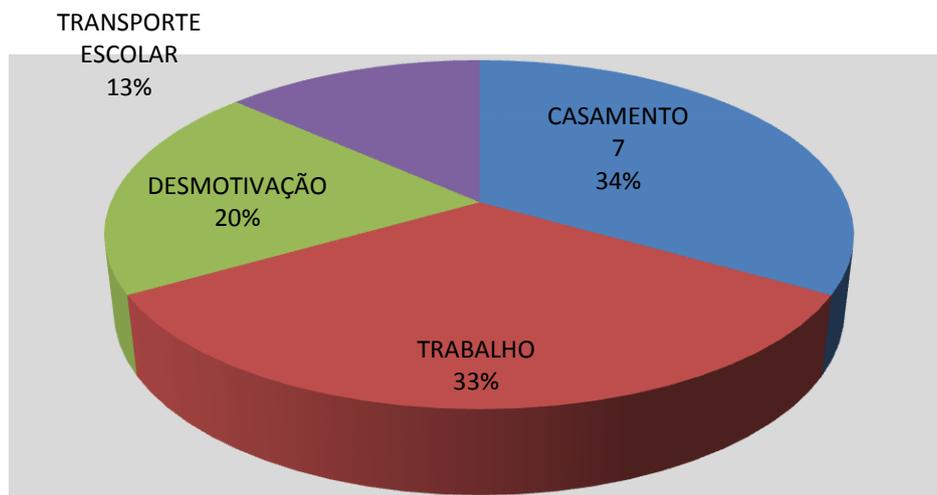
Para tanto, a investigação, as discussões e as conclusões consolidadas nesse estudo científico, pretende subsidiar as discussões que envolvem a temática da evasão escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Malaquias Batista Feitosa, servindo de

parâmetro para futuras, urgentes e possíveis intervenções pedagógicas, políticas e sociais na referida escola.

3.7 Resultados e discussões

A realização do questionário, contendo questões abertas sobre as razões que levaram os alunos envolvidos na referida pesquisa ao abandono da sala de aula, foi aplicado em dias e datas distintas, devido à dificuldade de localização, uma vez que os envolvidos não frequentam mais a escola. Para que os resultados fossem satisfatórios e retratassem a realidade, foram feitas visitas na cidade e na zona rural, uma vez que a referida escola atende também alunos da zona rural.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Sistema Educacional e as políticas públicas implementadas ao longo da história no Brasil, revelam um déficit quantitativo e qualificativo segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como a distorção idade/série, evasão escolar, entre outros. Os dados da pesquisa feita na EEEFM Malaquias Batista Feitosa revelam que é imprescindível que o Estado brasileiro disponibilize condições para que a população de jovens e adultos permaneça ou retorne à escola, considerando que a educação tem um relevante papel na perspectiva do momento presente e do futuro.

Fazendo um balanço dos problemas detectados na pesquisa e tomando como base a análise de resultados, talvez se possa ainda experimentar estratégias e novos modelos para combater a Evasão Escolar, propiciar um ensino de melhor qualidade, romper com a passividade com que o Sistema Educacional trata o aluno que abandona a escola.

Esse estudo científico de cunho investigativo mostrou diferentes razões que levam o aluno a abandonar a escola, depois de ter resolvido voltar a estudar e é tido como “evadido”. Os diversos depoimentos colhidos pela pesquisa durante as visitas ocorridas nas zonas urbana e rural demonstraram que a precariedade da estrutura, bem como, a inadequação das estratégias pedagógicas utilizadas na modalidade EJA, somados à vulnerabilidade, trabalho, casamento, transporte escolar entre outros, são fatores determinantes e têm contribuído para que esse público de jovens e adultos permaneça à margem do desenvolvimento intelectual e social.

REFERÊNCIAS

- ARROYO. Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 2001.
- ANDRADE, Eliane Ribeiro Andrade, Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos – Em ação, Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- CANDAU. Maria Vera. **A didática em questão**. 13 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. 15,
- CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**, In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.
- DI PIERRO. Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas de educação de jovens e adultos**. Educação e Pesquisa, vol. 27. São Paulo, 2001.
- FERNANDES. Elisângela. **No meio do caminho havia (muitas) pedras**. NOVA Escola, São Paulo, n. 244, pg. 96-101, ago. 2011.
- FREIRE. Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 41ª edição, Coleção: Questões de Nossa Época, Cortez Editora: São Paulo - SP, 2001.
- FREIRE. Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 26 ed. Rio de Janeiro- RJ: Paz e Terra, 1997
- FREITAS. Jussara da Rocha. **Alunos e alunas da classe trabalhadora na escola noturna: obediência e resistência**. Porto Alegre, 1994. Dissertação (Mestrado) – PUCRS.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais do Educador**. Porto Alegre, Artes Médicas Sul 1995
- HADDAD. Sérgio. DI PIERRO. Maria Clara. **Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos**. Vol. 1, São Paulo em Perspectiva, 2000.
- JUNIOR. Roberto Catelli. **No meio do caminho havia (muitas) pedras**. NOVA Escola, São Paulo, n. 244, pg. 96-101, ago. 2011.
- LOCH. Jussara Margareth da Paula. *et al.* **EJA: planejamento, metodologia e avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- MARX. Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. 6ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- MOURA. Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2001.
- PAIVA, **Educação Popular- Educação de Adultos**, Edições Loyola, São Paulo, 1997.
- RIBEIRO. Vera Maria Masagão. **Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cedi; Campinas: Papyrus, 1997.
- SOARES, Leônio (Orgs.) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1996.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Vol.I